



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DANIEL BRUNO CINTRA DA ROCHA

**A CRISE ECONÔMICA E O DESEMPREGO COMO FATORES INDICATIVOS
PARA O AUMENTO DA EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS
UNIDOS.**

FORTALEZA/CE
2018

DANIEL BRUNO CINTRA DA ROCHA

**A CRISE ECONÔMICA E O DESEMPREGO COMO FATORES INDICATIVOS
PARA O AUMENTO DA EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS
UNIDOS.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho.

**FORTALEZA/CE
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R572c Rocha, Daniel Bruno Cintra da.

A crise econômica e o desemprego como fatores indicativos para o aumento da emigração de brasileiros para os Estados Unidos / Daniel Bruno Cintra da Rocha. – 2018.
45 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho.

1. Emigração . 2. Crise Econômica . 3. Desemprego . 4. Estados Unidos. I. Título.

CDD 330

DANIEL BRUNO CINTRA DA ROCHA

**A CRISE ECONÔMICA E O DESEMPREGO COMO FATORES INDICATIVOS
PARA O AUMENTO DA EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS
UNIDOS.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Sandra Maria dos Santos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde e força para superar as dificuldades e chegar ao término de meus estudos.

Agradeço a todos que me incentivaram ao longo da preparação deste trabalho.

À Universidade Federal do Ceará, seu Corpo Docente, Direção e Administração, que me disponibilizaram as ferramentas necessárias para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, professora Dra. Eveline Carvalho, pela confiança, compreensão e apoio.

Aos professores membros da Banca, obrigado por aceitarem meu convite.

À minha querida família, minha voinha Alda, minha irmã Vivianne e meu irmão Afonso André, pelo amor e incentivo constante.

À minha mainha Fátima Cintra que é a razão do meu esforço e dedicação.

À minha tia, Virgínia Grippon, pelo carinho e auxílio recebido.

À minha namorada, Liana Coimbra, por sua compreensão e apoio.

“A persistência é o menor caminho do êxito.”

Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho analisa fatores adversos como a crise econômica, a desigualdade e o desemprego funcionam como fatores propulsores da migração. Ao longo da história, o Brasil registrou a entrada imigrantes e presenciou forte migração interna. Em anos recentes tem havido relevante emigração de brasileiros para os Estados Unidos. A presente pesquisa confronta o *trade-off* entre a inércia e a dificuldade de deixar o lugar de origem de um lado e de outro a racionalidade de buscar a esperança apesar das adversidades. Trata-se de pesquisa documental, bibliográfica e baseada em dados estatísticos da American Community Survey. A análise evidencia o aumento de fluxos imigratórios para lugares onde há oportunidades e conseqüente emigração em situações adversas no espaço de origem. A partir de 2014 a crise econômica e o desemprego têm incentivado brasileiros a romperem a inércia e migrarem para os Estados Unidos. Os dados indicam que tem havido uma mudança no perfil do emigrante brasileiro e que tem de fato a exportação de capital humano formado no Brasil.

PALAVRAS CHAVES: Emigração. Crise Econômica. Desemprego. Estados Unidos.

ABSTRACT

The present paper analyzes adverse factors such as economic crisis, inequality and unemployment function as drivers of migration. Throughout history, Brazil registered the entry immigrants, and witnessed strong internal migration. In recent years there has been significant emigration of Brazilians to the United States. The present research confronts the trade-off between inertia and the difficulty of leaving the place of origin on one side and the other the rationality of seeking hope despite adversities. This is documentary, bibliographic research based on statistical data from the American Community Survey. The analysis shows the increase of immigration flows to places where there are opportunities and consequent emigration in adverse situations in the space of origin. Starting in 2014, the economic crisis and unemployment have encouraged Brazilians to break the inertia and migrate to the United States. The data indicate that there has been a change in the profile of the Brazilian emigrant and that there has been in fact the export of human capital formed in Brazil.

KEY WORDS: Emigration. Economic crisis. U.S.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO	11
2. BREVE HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL	12
2.1 Imigração Italiana.....	13
2.2 A Forte Imigração Interna: Nordeste para o Sudeste	16
3.A MIGRAÇÃO E SUAS RAZÕES	20
3.1 O pior índice do Produto Interno Bruto em decorrência da Crise	28
3.2 O desemprego como efeito impactante da crise econômica	29
4. A EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS	34
4.1 Perfil do imigrante brasileiro nos Estados Unidos.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

O termo migração está relacionado à mobilidade espacial da população. Migrar significa trocar de país, de Estado, Região ou domicílio. Do ato de migrar faz do indivíduo emigrante ou imigrante.

Segundo Evangelista e Carvalho (2001), o processo de migração é na verdade um movimento populacional, sendo uma variável importante na dinâmica populacional, que leva populações de uma região para outra, modificando o tamanho e a composição das populações de distribuição por sexo, idade e força de trabalho.

As migrações de forma geral estão relacionadas tanto com a entrada quanto a saída de um país, região ou lugar. Vale destacar que no Brasil é comum, também, falar em "migrações internas", referindo-se aos migrantes que se movem dentro do país (GONÇALVES, 2004).

A migração é um procedimento seletivo que afeta indivíduos especificamente com determinadas características sejam econômicas, sociais, educacionais ou/e demográficas (TODARO, 1999).

O fenômeno da migração ocorreu nas mais diversas épocas do Brasil tendo como principais causas: invasões, conquistas, êxodos, mudanças sazonais, fome, superpopulação de determinadas regiões, entre outras.

O Brasil ao longo de sua história teve no decorrer dos anos a entrada de muitos imigrantes estrangeiro, contribuindo para a formação brasileira e assistido à um profundo fluxo migratório interno, mas, em anos recentes, tem registrado a saída de emigrantes com destino aos Estados Unidos.

O objetivo do presente estudo consiste em demonstrar que a crise econômica e desemprego funcionam como incentivo à emigração para regiões mais desenvolvidas como ocorreu com fluxo migratório interno do nordeste para as regiões sul e sudeste e hoje com o aumento do fluxo migratório em direção aos Estados Unidos.

Com isso o primeiro tópico trata-se do referencial teórico com o entendimento de que objetivo da presente pesquisa é de investigar as causas históricas de movimentos migratórios no Brasil e as razões e o perfil de emigrantes brasileiros que buscam uma nova vida nos Estados Unidos, deixando de lado a inércia.

O segundo capítulo trata-se de como se deu processo migratório do Brasil, principalmente com a vinda dos imigrantes, após quase quatro séculos com o funcionamento do sistema escravocrata no Brasil, e como a economia e a sociedade brasileira começaram a entrar em um cenário de trabalho assalariado, tendo essa transição se tornado bastante difícil, com a chamada "semiescavidão" do trabalhador europeu.

Neste tópico, observa-se também a forte imigração interna do Nordeste para o Sudeste, com o intuito de demandar mão-de-obra por força do trabalho, principalmente em decorrência do crescente desenvolvimento das indústrias nesta região.

Contudo, a região sudeste se desenvolveu mais do que as demais e assim, começou a haver uma disparidade socioeconômica bastante evidente. Neste sentido, no segundo capítulo discorre-se sobre os aspectos importantes das desigualdades socioeconômicas e, as desigualdades regionais no país.

No início do século XXI as estatísticas das atividades econômicas em todas as regiões brasileiras mostraram de maneira bem marcante as desigualdades do país, principalmente a financeira. Essa tendência levou à concentração da produção nas regiões Sul e Sudeste, elevando a pobreza nas regiões Norte e Nordeste.

No terceiro capítulo faz-se um panorama sobre as principais consequências geradas pela Crise econômica que atingiu o Brasil em 2014. Neste tópico também é tratado o desemprego como uma das consequências mais impactantes que a crise econômica brasileira trouxe no segundo trimestre daquele ano.

Neste cenário percebe-se que em virtude de uma situação socioeconômica negativa no país de origem, as pessoas começam a ir atrás de uma qualidade de vida melhor em lugares que acreditam ter mais oportunidades e, por isso surge neste momento um fluxo migratório alto para fora do país.

Desde o começo do século XXI existe um forte movimento migratório de brasileiros em direção aos Estados Unidos e esta demanda tem aumentado nos últimos anos. Por isso, no último capítulo se analisa o perfil deste imigrante e como este forte fluxo tem aumentado a cada ano.

1. METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a Economia Comportamental, pessoas são racionais e, portanto, tomam decisões comparando custo e benefício e respondem a incentivos. Seguindo essa lógica quando os fatores são adversos em um determinado local, as pessoas menos favorecidas tendem a buscar outras oportunidades.

Com base nessa Teoria, é mencionado no Relatório de 2015 do Banco Mundial, que as pessoas, independentemente de sua classe social, em algum momento fazem escolhas contrárias ao seu próprio bem-estar, principalmente por agirem de forma automática, em decorrência de hábitos ou por inércia. Existe uma grande diferença entre ação e intenção e o desconhecimento desses vieses pode gerar consequências negativas para indivíduos, grupos e toda a sociedade (Datta e Mullanathan, 2014).

Ou seja, as pessoas decidem com base em hábitos, experiência pessoal e regras práticas simplificadas e em geral, aceitam soluções apenas satisfatórias. Ainda de acordo com o referido relatório do Banco Mundial as pessoas buscam rapidez no processo decisório, tem dificuldade em equilibrar interesses de curto e longo prazo e são fortemente influenciadas por fatores emocionais e pelos comportamentos dos outros.

A presente pesquisa confronta esse trade-off: a inércia e dificuldade de deixar de origem de um lado e de outro a racionalidade de buscar a esperança apesar das adversidades.

Trata-se de pesquisa documental, bibliográfica e baseada em dados estatísticos da American Community Survey que analisa o histórico da migração no Brasil e fatores que afetam a decisão de buscar outros espaços. O objetivo é investigar as causas históricas de movimentos migratórios no Brasil e as razões e o perfil de emigrantes brasileiros que buscam uma nova vida nos Estados Unidos, deixando de lado a inércia.

2. BREVE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

O Brasil ao longo de sua história teve no decorrer dos anos a entrada de muitos imigrantes, contribuindo para a formação brasileira. No século XVI os portugueses chegam ao Brasil, em um território povoado pelos povos indígenas, passando a ser colonizado e explorado. Iniciou-se a colonização dos portugueses e dos índios, juntamente com os escravos africanos trazidos pelos próprios portugueses para trabalhar na lavoura da cana e na produção dos engenhos.

Existe um amplo debate sobre o sentido da colonização, mas não há dúvidas de que esse sentido era mercantil. O mercantilismo português engendrou a ocupação do território americano subordinando essa ocupação a seus interesses econômico-comerciais. (ALMEIDA, 2013)

O fim do tráfico de Escravos se deu com a abolição da escravidão, vindo a se concretizar com a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Em virtude disso, o governo passou a estimular o ingresso de imigrantes no país, com o objetivo de conseguir mão de obra qualificada para que fosse substituída pelos escravos, até determinado período a grande massa trabalhadora do país.

Com a vinda dos imigrantes, depois de quase quatro séculos com o funcionamento do sistema escravocrata no Brasil, a economia e a sociedade brasileira começaram a entrar em um cenário de trabalho assalariado, tendo essa transição se tornado bastante difícil, com a chamada "semiescravidão" do trabalhador europeu.

Com isso, durante o século XIX e o início do século XX acontece de fato o movimento de migração português para o Brasil. Dessa forma, Gasparetto Júnior (2014, p.12) explica,

É ao longo do século XIX e na metade inicial do século XX que ocorre a grande imigração portuguesa no Brasil. A perda da colônia gera problemas econômicos para Portugal, que fica incapaz de sustentar sua população adequadamente. A Europa passa por momentos revolucionários e contestatórios no século XIX, oferecendo outro elemento para emigração. Mas, no caso do Brasil, é principalmente a necessidade de mão-de-obra na lavoura e nas nascentes indústrias que faz impulsionar a imigração.

Neste contexto, os portugueses ficam atrás apenas dos italianos como correntes migratórias que chegaram no Brasil. O crescente, embora lento, cenário

de abolição do trabalho escravo desperta nos cafeicultores o interesse pelo trabalhador livre estrangeiro.

Percebe-se que as primeiras décadas do século XX se inicia um processo forte de incentivo à imigração para o país, principalmente de europeus, havendo ainda o entendimento de ideologias racistas que os senhores não queriam pagar salários aos negros, mesmo após a abolição da escravatura. (GASPARETTO JÚNIOR, 2014). Por essa razão houve o interesse de trazer pessoas brancas para o Brasil para trabalhar na agricultura e na Indústria, que começava lentamente a se desenvolver.

2.1 Imigração Italiana

Quando o café no Brasil passou a ser um mercado promissor, muitos italianos vieram trabalhar nas fazendas, em busca de uma vida melhor. Segundo Togni (2015, p. 1), “[...] do início do século XIX até a década de 1930, dez milhões de italianos deixaram o país, com direção ao Brasil”.

Aliado a política do governo na substituição de escravos por trabalhadores foi acrescentada também a precária condição vivida por muitos italianos, em decorrência do processo capitalista europeu.

Neste cenário, Iotti (2003, p. 12-13) complementa,

No caso da Itália, a emigração vinculou-se, inicialmente, ao descarte da população pobre, expulsa do processo produtivo, em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, efetivado pelo recém instaurado Estado unitário. No século XIX, a unificação italiana e a incorporação da península ao sistema capitalista não incluíram as camadas populares. Os camponeses foram expulsos da terra. O pequeno artesanato foi parcialmente destruído. A indústria mostrou-se incapaz de absorver a mão-de-obra disponível. Assim, os italianos pobres foram obrigados a buscar, em outros países, as condições de vida que sua pátria lhes negava. No total, 24 milhões de peninsulares partiram da Itália, entre 1869 e 1962, para diferentes regiões do mundo.

Os trabalhadores imigrantes vinham para o Brasil com propostas de se tornarem pequenos proprietários rurais, na tentativa de fugir do empobrecimento gerado pelo rápido desenvolvimento capitalista europeu, no entanto ao chegar no país se viram completamente endividados junto aos seus empregadores, pois estes financiavam desde sua passagem até a subsistência de toda a sua família. Tais valores eram devidamente descontados de seus trabalhos. Cumpre mencionar, que

este modelo estabeleceu que essas famílias vivessem em um sistema de semisservidão em pleno século XX. (TOGNI, 2015)

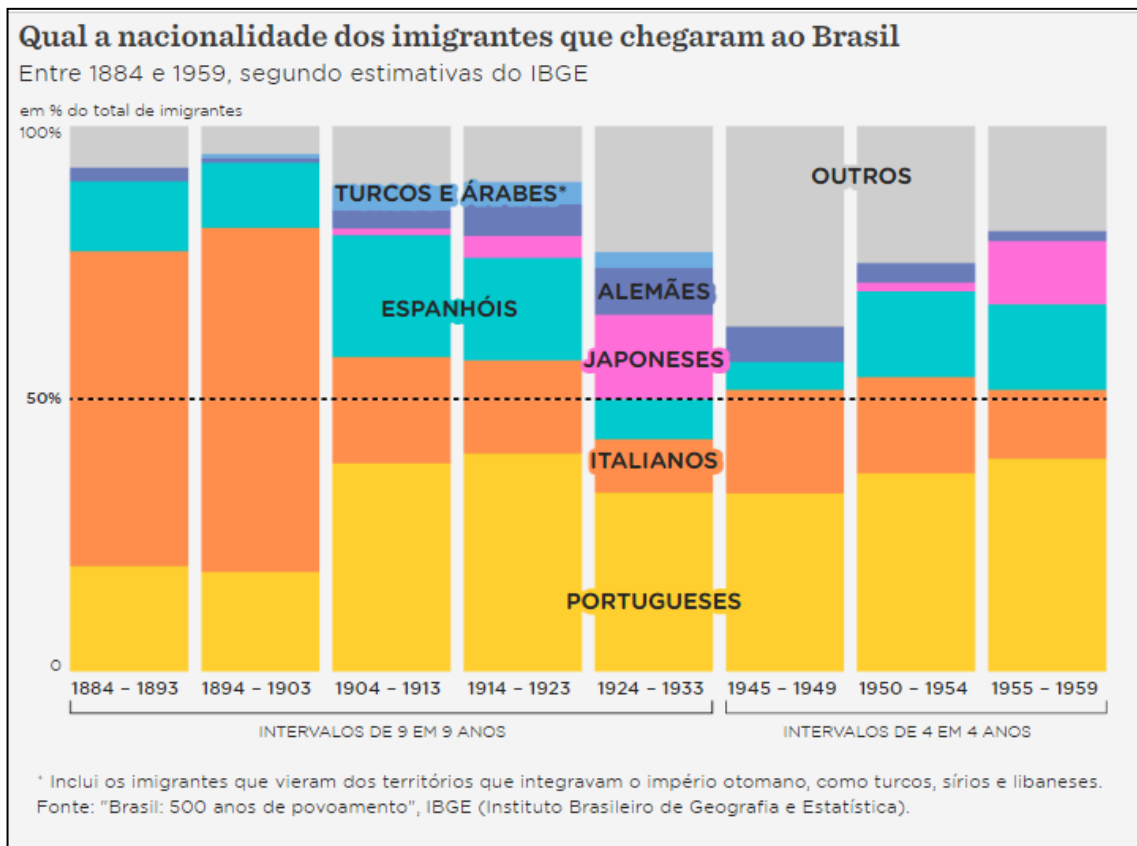


Figura 1 – Nacionalidade dos Imigrantes

Com a rápida expansão da economia do café em São Paulo, percebe-se que o fluxo migratório dos italianos no final do século XIX até por volta dos anos de 1930 é bem intenso, vindo a ter seu ápice entre os anos de 1884 até 1930 conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

Cumprir destacar que a forte presença do imigrante italiano nas fazendas de São Paulo marcou bem o período, criando um sistema de incentivo para que outras famílias da Europa viessem em busca de uma vida melhor. A partir da imigração dos italianos para o país, começou a ser organizado recrutamentos para trazer cada vez mais mão-de-obra, principalmente da Itália.

Isso fica demonstrado conforme dados do Boletim de Departamento de Colonização e Imigração (1952), em que havia pelo governo uma prática de subsidiar as passagens para que os imigrantes italianos viessem para o país de forma mais fácil, tanto é que em São Paulo por volta da década de 1890 chegaram mais de meio milhão de imigrantes com passagens subsidiadas pelo Estado.

No entanto, com as péssimas condições de trabalho que os italianos estavam vivendo nas fazendas, vindo inclusive em viagens com navios sempre superlotados, o governo italiano publicou em 1902 o conhecido "Decreto Prinetti", proibindo passagens subsidiadas pelo governo brasileiro. Com isso, houve uma diminuição na quantidade de imigrantes italianos no país.

Mas não foram só italianos que vieram ao Brasil em busca de oportunidades mas diversos povos oriundos principalmente da Europa, em virtude da industrialização Europeia e a expulsão do camponês de suas terras. Várias famílias optaram por migrar primeiramente para os Estados Unidos e depois a imigração se dispersou para o México, Argentina e Brasil (SILVA, 2013)

Apesar das dificuldades que foram encontradas pelos imigrantes, estes representaram um papel importante no desenvolvimento da economia brasileira, principalmente na transição de Império para a República.

Conforme Tabela 1, pode-se perceber a estimativa de imigrantes que entraram no país no período entre 1884 à 1933.

Tabela 1. Imigração para o Brasil, por nacionalidade e períodos.

Períodos e Nacionalidades	1884 - 1893	1894 - 1903	1904 - 1913	1914 - 1923	1924 - 1933	Total
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723	154.397
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405	587.114
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	1.401.335
Japoneses	0	0	11.868	20.398	110.191	142.457
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650	1.145.737
Sírios e Libaneses	96	7.124	45.803	20.400	20.400	93.823
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586	434.645
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	713.132	3.959.508

Fonte: 500 anos de povoamento do Brasil- IBGE

Portanto, a diminuição do êxodo dos imigrantes italianos foi provocada pelas difíceis condições de trabalho no campo. Em muitos casos tal situação se assemelhava a uma escravidão de italianos. Isso ocorreu provavelmente porque muitos senhores de café não estavam acostumados a ter trabalhadores livres.

2.2 A Forte Imigração Interna: Nordeste para o Sudeste

Pode-se dizer que o Brasil é um país que durante sua história de colonização e de desenvolvimento foi formado pelo deslocamento das pessoas a imigração. A partir de 1950, as migrações internas são incentivadas e passam a predominar no território do Brasil como resposta à redução do fluxo migratório internacional. A demanda por mão-de-obra e por força de trabalho passou a ser preenchida pelas migrações internas que reestruturaram a densidade populacional no território nacional.

Um dos fluxos migratórios internos foi da região Nordeste para a região Sudeste, que estava vivendo um período de crescimento das Indústrias e necessitava muita mão-de-obra. Com isso, intensifica-se neste período o famoso êxodo rural, tirando grande parte da população que vivia no campo para a cidade em busca de alternativas, gerando uma intensa concentração nos grandes centros urbanos.

No Brasil, o estudo sobre êxodo rural em específico na região Nordeste está se tornando cada vez mais frequente. Isso devido as suas características interdisciplinares e à sua importância, facilitando para os órgãos públicos às tomadas de decisões que visam às melhorias as políticas públicas para a população.

O êxodo rural é uma consequência dos efeitos da migração, neste aspecto interna, entre outros fatores, da implantação de um modelo econômico moderno na produção da agropecuária, afetando profundamente a vida dos agricultores familiares (VANDERLINDE, 2005).

A migração interna no Brasil acontece principalmente por motivos econômicos e desastres ecológicos. A população de um país não é apenas modificada pelas mortes e nascimentos de seus habitantes. É preciso levar em conta, também, os movimentos de entrada e de saída, ou seja, as migrações que ocorrem em seu território. Exemplo disso se trata da Seca que por muito tempo foi muito intensa, sendo usada como justificativa da migração das famílias nordestinas para o sudeste.

A região nordeste se caracteriza como uma área de intensos fluxos migratórios. Dessa forma, estes movimentos podem ser explicados como alguns fatores históricos, a estagnação econômica, as desigualdades sociais e ainda os elevados níveis de desemprego nos grandes centros urbanos do país.

Os movimentos de migração orientam os fatores de expulsão e de atração, que significa mais do que impulsionar o migrante para fora do campo ou puxá-lo para cidade, estes se relacionam com as definições de atração ou expulsão que chegam a modificar a estrutura política, econômica ou social, que alteram os contextos históricos.

Vale ressaltar, que no período compreendido entre 1910 e 1920, a região Nordeste tornava-se um polo de atração, em virtude da crescente produção de açúcar e algodão, houve significativo incremento nas migrações que se destinavam à região, e também os próprios nordestinos fixam residência no seu local de origem. (GRAHAM, 1984)

Neste cenário pode-se ser colocada a migração interna em dois momentos de maneira significativa, a primeira se refere à metade do século XX, no início da Primeira Guerra Mundial, quando o fluxo de migração tem como destino a região nordeste. Por volta de 1930 e 1940, há outro movimento bem marcante que se trata do pós-seca de 1932, quando os dados quantitativos da migração aumentaram, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, contando com uma grande saída de nordestinos para outros lugares do país.

A partir do período de desenvolvimento provocado pela Primeira Guerra Mundial, a situação da migração estimulada pelas estiagens e de maneira a proporcionar uma forma de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, foi aos poucos, voltando ao que ficou conhecido como a regularidade de número maior de saídas.

A primeira migração de nordestinos para o estado de São Paulo e para a capital federal, na época o Rio de Janeiro, dá-se no momento do desenvolvimento econômico dessas cidades. Isso não se deu por acaso já que estes dois estados estavam entre os principais centros urbanos de migração da década de 30 ao mesmo eram também os dois principais centros industriais registrando um rápido crescimento. (GRAHAM, 1984).

No ano de 1920, 10% das pessoas residentes no Brasil viviam nas zonas urbanas, vindo em 1940 este número a triplicar para 31% dos moradores. Estas estimativas são de mais ou menos 13.000.000 de pessoas, que habitavam as cidades e seus entornos. Já final da década de 30, durante o governo Vargas eram de 8,5% o total de habitantes que haviam se estabelecido fora de seu estado de origem. Esses dados complementam o entendimento de que as melhores condições

de vida estão relacionadas com a dificuldade da vida no campo e as oportunidades que as cidades deram com o crescimento da industrialização impulsionando a migração. (DURHAM, 1984)

O aumento das desigualdades regionais, ocorridas principalmente pela periferação das políticas do nordeste durante o cenário do final do século XIX, quanto o surgimento dos grandes centros considerados como metrópoles de oportunidades do país, implicou na formação de grandes correntes de migração interna através das reprocessada uma intensa redistribuição da população, principalmente de origem rural. (DURHAM, 1984)

A tabela 2 mostra em números a magnitude de migração.

Tabela 2- Número de migrantes

Tabela 1. Número de migrantes de seis períodos, Brasil e regiões, e relação (em %) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Item ⁽¹⁾	Período					
	1950–1960	1960–1970	1970–1980	1980–1991	1991–2000	2000–2010
Brasil						
Migrantes	5.419.055	8.908.981	12.489.278	10.340.087	9.070.981	5.604.627
Migr./pr. base %	16,34	22,85	30,02	26,42	25,17	17,61
Norte						
Migrantes	69.791	95.878	(254.205)	(219.343)	1.024.137	163.278
Migr./pr. base %	4,84	5,08	(10,57)	(6,51)	23,68	4,20
Nordeste						
Migrantes	2.846.062	2.546.393	3.474.871	4.037.359	4.209.048	2.207.535
Migr./pr. base %	21,51	17,27	20,81	23,12	25,18	14,95
Centro-Oeste						
Migrantes	(112.763)	(26.663)	754.664	657.128	458.758	153.867
Migr./pr. base %	(21,51)	(1,58)	33,22	32,00	26,01	9,98
Sudeste						
Migrantes	2.495.498	5.715.661	4.432.268	3.108.978	1.685.673	1.898.952
Migr./pr. base %	21,10	43,16	40,35	34,43	22,44	27,78
Sul						
Migrantes	113.276	549.214	4.058.668	2.744.885	1.693.061	1.178.764
Migr./pr. base %	18,97	7,40	43,88	37,99	29,58	24,64

Fonte: 500 anos de povoamento do Brasil- IBGE

Percebe-se com a análise da tabela 2 o aumento das imigrações do nordeste para o sudeste do país, principalmente no final do século XIX, onde começa a se formar os grandes centros urbanos iniciando o processo de construção das metrópoles do país.

As transformações advindas da estrutura produtiva brasileira e das novas configurações do desenvolvimento regional fracionado se alinham com a década de 70 ambientam importantes modificações na dinâmica migratória nordestina. O processo de desconcentração econômica que é sustentado por políticas de incentivo ao investimento industrial no Nordeste, influenciado pelo comportamento da migração nordestina. (CUNHA; BAENINGER, 2000).

Dessa forma, Palmeira (1989) complementa que,

A influência do Governo Militar adotado na metade do século XIX no Brasil por volta dos anos 70, houve um grande número de pessoas onde se deslocaram do Sul para a Amazônia e para o Centro-Oeste do país. Com o discurso de “modernização” da agricultura brasileira, as grandes propriedades rurais receberam apoio financeiro para aumentar sua produtividade com o uso intensivo de máquinas e de produtos químicos, atendendo às demandas da indústria nacional e das exportações. Empresas nacionais e multinacionais foram incentivadas a se tornarem grandes proprietárias de terra.

A partir da década de 80, a migração oriunda do Nordeste volta novamente a ocasionar o comportamento do período que se estende até os anos 70, no qual se pode ser destacado os fluxos principalmente para o Sudeste. Cumpre mencionar que ao mesmo tempo em que a migração é reacquecida ela também é retomada com fim de retornar à região de origem, sendo revelada pelo Censo Demográfico 2000 (OLIVEIRA, 2003).

Assim, convém destacar dois períodos importantes no processo migratório interno do Nordeste para o Sudeste: Entre o período 1950–1980, dominado pelas políticas de industrialização de substituição de importação. Este sucesso criou um poderoso e diversificado mercado urbano de trabalho, começando pelo Estado de São Paulo, e irradiando-se no Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste e no Nordeste.

O poderoso mercado em ascensão atraiu as populações rurais que logo migraram para estas cidades. Com isso, o êxodo rural ganhou velocidade e se acelerou no Sudeste, em decorrência da industrialização principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro.

3. A MIGRAÇÃO E SUAS RAZÕES

As migrações ocorrem por diversos motivos e tem muitas características, podendo se constituir em deslocamentos provisórios ou definitivos. Podem ocorrer de forma individual ou coletiva ou ainda ser interna ou internacional, sendo por vontade do imigrante ou em decorrência de uma necessidade de sair do local.

Neste ponto, não há um padrão de comportamento do imigrante, tem-se junto com cada um, uma história diferente com amigos e familiares deixados para trás. No entanto, na maioria dos casos existe a busca por uma vida melhor. A busca por uma qualidade de vida melhor está relacionada com oportunidades de emprego ou estudo, e, tratamentos de saúde para doenças em que seus países não possuem.

Estas pessoas ainda podem estar fugindo de alguma situação específica que deixa o migrante sem escolha em se mudar, ficando esta modalidade conhecida como a migração forçada. As situações vão desde um desastre natural até guerras, passando por fomes, perseguições étnias, religiosas e por terras. A partir daí estas pessoas se tornam refugiados que são considerados os indivíduos que saíram de seus países por um medo justificado de perseguição. Os motivos são relacionados: a raça, religião, nacionalidade, opinião pública, brigas por terras e conflitos armados.

Segundo Alto Comissariado das Nações Unidas-ACNUR (2011, p. 11) a definição de refugiado vai muito mais do que a retratada pelo Estatuto dos Refugiados, de que:

Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

De acordo com os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas-ACNUR, no ano de 2010 existiam 15,4 milhões de pessoas nas condições como refugiados no mundo todo. Em Darfur, por exemplo, um país da África, há uma estimativa que já se tenha morrido desde de 2003 cerca de 300 mil pessoas e tendo resultado em 2,7 milhões de refugiados que migraram para países vizinhos como Chade, Uganda, Quênia e Egito. Outra alternativa destas pessoas é viver nos campos para refugiados em condições precárias.

Este tipo de repressão atenta diretamente aos direitos humanos e a United Nations High Commissioner for Refugees (2000, p. 277) aduz que,

Repressão política e violações maciças dos direitos humanos ainda são elementos significativos em deslocamentos atualmente. Mas para a maioria dos refugiados de hoje, conflitos armados – que frequentemente envolvem perseguição e outros abusos dos direitos humanos contra civis – são a principal fonte de ameaça. Muitos dos conflitos armados do período pós-Guerra Fria provaram ser particularmente perigosos para os civis, evidenciados pela escala de deslocamento e pela alta proporção de mortes de civis em relação aos militares. [...]. O custo humano devastador de guerras recentes levou muita discussão sobre a natureza mutável dos conflitos armados no período pós-Guerra Fria. [...]. O que distinguiu a década de 1990 a partir de décadas anteriores foi o enfraquecimento dos governos centrais em países que tinham sido amparados pelo apoio de superpotências, e a conseqüente proliferação de conflitos baseados em identidade, muitos dos quais envolveram sociedades inteiras em violência.

A falta de oportunidades e a desigualdade social pode ser colocada como uma das razões para a busca de novos espaços internos ou internacionais.

A desigualdade social conhecida também como desigualdade econômica é um problema bem presente em todos os países do mundo. Ocorre principalmente, pela má distribuição de renda e da falta de investimento nas áreas: sociais, de educação e da saúde. Com isso, apenas uma parte pequena da população tem acessos aos recursos de forma adequada gerando desigualdades.

Segundo o entendimento de Salgado (2010, p. 01),

A desigualdade social é todo aquele processo e situação de diferenciação social e/ou econômica. Em termos sociológicos, diz-se que a desigualdade é social na medida em que essa diferenciação é produto da interação entre sujeitos sociais; nesse sentido, tanto o acesso diferenciado às oportunidades como à riqueza econômica se realiza dentro de um sistema de relações de sentido e poder que geram distinção, estigma, vulnerabilidade, exclusão, tanto no nível individual como no nível coletivo, inclusive, tal diferenciação pode dar-se entre regiões.

São inúmeras as causas que aumentam as desigualdades sociais tais como: a má distribuição de renda, má administração dos recursos, a lógica da acumulação capitalista, a falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação, a falta de oportunidades de trabalho e a corrupção. Como consequência acontece a fome, desnutrição e mortalidade infantil, o aumento das taxas de desemprego, atraso no progresso da economia do país, aumento dos índices de violência e criminalidade e com isso, parte da sociedade fica marginalizada.

Quando um país não atende às necessidades essenciais e fundamentais para seus indivíduos, ou para grande parte das pessoas que vive nele, haverá uma forte disparidade na execução dos seus serviços e a pobreza e miséria somados com a favelização vão piorar o desenvolvimento social e econômico do lugar. Com isso, populações inteiras podem entender a migração como única alternativa.

Vale ressaltar que as desigualdades sociais estão presentes em vários países do mundo inteiro e que se tem em evidência os países africanos que estão entre os mais desiguais do mundo. As desigualdades sociais inibem as oportunidades da população e isso acarreta em condições ainda mais difíceis de se viver, pois vai impactar no acesso a saúde e educação e no mercado de trabalho.

Não há um consenso sobre qual o sistema econômico causa mais desigualdades sociais, mas se por um lado o capitalismo em sua essência está pautado na ideia do acúmulo de capital e de propriedade privada, por outro lado, tem-se o socialismo com o objetivo de excluir a propriedade privada, para tentar dar fim as classes sociais.

As migrações ocorrem de forma multidimensionais, condensando toda a complexidade da desreterritorialização das sociedades, podendo ser entendidas como um processo em diversos níveis (HAESBAERT, 2013).

Cumprido destacar que refugiados constroem sua relação com os vários espaços durante este movimento de deslocamento, existe a busca de proteção e de novas possibilidades reconstruir suas vidas. Estas pessoas vivem com uma extrema vulnerabilidade, principalmente entendida pela perda de seus direitos básicos, que os coloca em condições de limites entre espaços (Estados), para a retomada desses direitos. (MOULIN, 2011). Junto com a vontade de construir uma nova vida trazem sua territorialidade com o intuito de conquistar outra, e seguir em frente criando novos laços.

No início do século XXI as estatísticas das atividades econômicas em todas as regiões brasileiras mostraram de maneira bem marcante as desigualdades do país, principalmente a financeira. Do ponto de vista crítico, essa tendência concentrou e relativizou as produções e as rendas nas regiões Sul e Sudeste, elevando a pobreza nas regiões Norte e Nordeste.

A economia cafeeira no Sudeste, especificamente em São Paulo, juntamente com a crescente ascensão da mineração ajudou a criar uma economia de expansão industrial fortalecendo a economia local dessa região. Isso porque no Nordeste houve o declínio na produção de cana-de-açúcar ficando evidentes elementos da reversão econômica. (CANO, 1998)

A questão sobre a regionalidade, em atenção ao atraso do Nordeste, foi discutida durante muito tempo pelos principais estudiosos da economia brasileira, tais como Celso Furtado, Werner Baer, Albert Hirschmann e Hans Singer. A partir

dessas discussões começou-se a ter uma real preocupação com este problema no país, gerando políticas econômicas nitidamente pensadas em diminuir as disparidades regionais no Brasil. (RANDS, 2012)

No entanto, os resultados dessas políticas não conseguiram satisfazer a sua real importância frente ao combate das desigualdades sociais. De acordo com Rands (2012), no Nordeste iniciou-se o período das políticas com um PIB per capita de 47% da média nacional em 1960, mas esse foi o nível atingido no ano de 2008. Não houve alterações efetivas nesta proporção para que pudesse ser afirmado a eficácia das políticas públicas aplicadas.

O crescimento e desenvolvimento do setor industrial, com as economias de escala, vindo de uma economia fechada no comércio exterior e com custos de transportes não muito elevados criaram aglomerações populacionais e econômicas. Por isso, se caracteriza como uma estrutura espacial de centros e periferias no país, o que significa desigualdade regional.

As desigualdades sociais, existentes no país geram vários problemas de justiça, tendo intensas repercussões no âmbito econômico e político. Com isso, se torna cada vez mais rígidas as relações de poder e as chances sobre políticas sociais. Mesmo que haja um sistema democraticamente estabelecido, a influência e a dominação de elites com o poder econômico forte pode tornar ainda mais presente as desigualdades em um país.

Neste cenário, nota-se que a desigualdade brasileira possui características próprias que as diferem dos padrões de desigualdades de renda de outros países.

De acordo com Diniz e Arraes (2005, p.06),

Primeiro, o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, cuja origem da pobreza não reside na escassez de recursos. Isto quer dizer que o país é capaz de gerar riqueza (renda) suficiente para eliminar o contingente de pobres da população. Segundo, é que a intensidade da pobreza brasileira está ligada à concentração de renda – tal inferência resulta do fato que a renda per capita e mesmo a renda média, especialmente essa última é bastante superior à renda que define a linha de pobreza. Nos estados mais ricos do país, inclusive, a renda per capita chega a ser comparável à de países colocados no grupo dos países de renda alta. E por fim, quase que como um corolário dos dois elementos anteriores, tem-se que a distribuição equitativa seria mais do que suficiente para eliminar a pobreza.

Com a implantação do Plano Real e o controle da inflação no Brasil, os economistas e especialistas retornaram as preocupações no desenvolvimento de longo prazo do país, especialmente nas questões tratadas como estruturais para o

país como a pobreza, distribuição de renda, a qualificação da mão de obra, a competição entre os setores industriais e as desigualdades regionais. (RANDS 2012)

Nesse cenário, tende-se a ser observado que uma economia em que não há barreira de qualquer tipo de categoria ao fluxo de pessoas, capitais e mercadorias. Nisso, os indivíduos que estejam em regiões com um nível menor de desenvolvimento migrariam para as regiões do país em que haja uma qualidade de vida melhor.

Dessa forma, surgem algumas problemáticas relacionadas com as migrações para áreas desenvolvidas. Por isso, se os mercados funcionassem de forma perfeita e adequada, no ponto de vista econômico, emprego não faltaria e a distribuição de renda seria sempre mais adequada ao país.

Dando continuidade neste cenário, se há a presença das desigualdades regionais bem marcantes e se elas existem em virtude das falhas que o mercado traz, pode-se então concluir que estas falhas contribuem com a geração das desigualdades.

A distribuição de renda é importante para demonstrar como é o contraste econômico das desigualdades. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2016, que foi publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 18% dos brasileiros que vivem no país, recebem menos que meio salário mínimo por mês, por pessoa da família.

A partir de 2014 a economia brasileira começou a dar indícios de que entraria em uma crise econômica, principalmente pela diminuição do crescimento anual do PIB que vinha em alta até o ano de 2010. Começava o início de um período turbulento tanto de crise de representatividade quanto econômica no país.

Com isso, o PIB do Brasil que tinha uma média de 4,08% entre os anos de 2003 a 2010, passou em 2014 para um crescimento de 0,5%, um índice bem abaixo se comparado aos anos anteriores e, principalmente, se for analisado o crescimento médio dos países vizinhos como o Peru e a Argentina que tiveram um crescimento médio de 6,17% e 4,60 respectivamente. (PEREIRA, 2017)

No entanto, alguns países da América Latina continuaram em 2014 a ter um crescimento médio em seu PIB, com exceção da Argentina, frente ao Brasil. o Peru que obteve uma expansão do PIB de 2,38% em 2014 e 3,26% em 2015, seguido

pelo Uruguai de 3,24% em 2014 e 0,98% em 2015, como também o Chile de 1,44% em 2014 e 2,07% em 2015 (BANCO MUNDIAL; IBGE, 2017).

No âmbito deste cenário começou os questionamentos acerca de como a maior economia da América do Sul teve um crescimento médio tão abaixo comparada com os países da América Latina e porque houve uma diminuição tão significativa.

O ponto de partida para essa crise inicia-se com o governo de Lula em 2003 que foi marcado pelas políticas neoliberais que começaram a ser adotadas no final do governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo o Banco Central do Brasil (2017), neste ano houve a manutenção das metas de superávit primário, inflação e o regime de câmbio variável, que por consequência tiveram resultados positivos. Cumpre destacar que o crescimento médio do PIB foi de 4,25% e teve uma redução na inflação de 9,30% para 7,60%, tendo sido ocasionada pela alta da Selic no ano de 2003.

O objetivo do governo era promover uma visão positiva aos investidores nacionais e internacionais, havendo uma forte intervenção do Estado na economia, para tentar aumentar os investimentos em infraestrutura básicas e essenciais para o desenvolvimento do país, vindo juntamente com essa política a redução das metas de superávit, dando prioridade aos gastos com estas políticas.

Dessa forma que aponta Mattei e Magalhaes (2011, p. 140 - 141),

Em síntese, podemos dividir a política econômica do governo Lula em duas fases. A primeira delas, que cobre praticamente todo primeiro mandato (2003-2006), é marcada pelo aprofundamento da agenda neoliberal, dando a essas políticas um caráter ortodoxo conservador. A segunda fase, que denominaremos de liberal-desenvolvimentista e que cobre todo segundo mandato (2007-2010), é marcada por uma intervenção mais forte do Estado na economia, recuperando sua capacidade de investimento, além de orientar os investimentos privados no sentido de ampliar a infraestrutura básica do país. Mesmo assim, o comando da política econômica ainda continuou refém do mercado financeiro.

Isto significa que o governo do presidente Lula em um primeiro momento deu continuidade às políticas do governo anterior com o intuito de dar uma maior estabilidade econômica. Em um segundo momento do governo, ainda no primeiro mandato, houve a diminuição dos juros para que houvesse mais investimentos e estimular que a economia promovesse ainda mais geração de empregos.

Outro fator importante para a economia brasileira se dá pela crise econômica dos Estados Unidos em 2008, que resultou no aumento da demanda de produtos tanto pelos Estados Unidos quanto pela China, e, ainda pela compra de um volume

significativa de commodities pela China impulsionando a valorização do Real frente ao dólar, aumentando significativamente as reservas cambiais do Brasil.

Diante disso expõe Mattei e Magalhães (2011, p. 141),

Grande parte desse movimento esteve condicionado pelo processo de expansão das duas maiores economias mundiais, EUA e China, destacando-se o forte crescimento da economia chinesa. Com uma demanda em expansão, a China ampliou enormemente suas taxas de investimento, transformando-se no país com as maiores taxas de crescimento do PIB. Para isso, passou a demandar mais commodities no mercado internacional, especialmente as de origem agroindustrial. Com isso, desencadeou-se um processo correlato sobre os preços desses produtos, que entraram em rota ascendente e favoreceram os países com participação neste mercado específico.

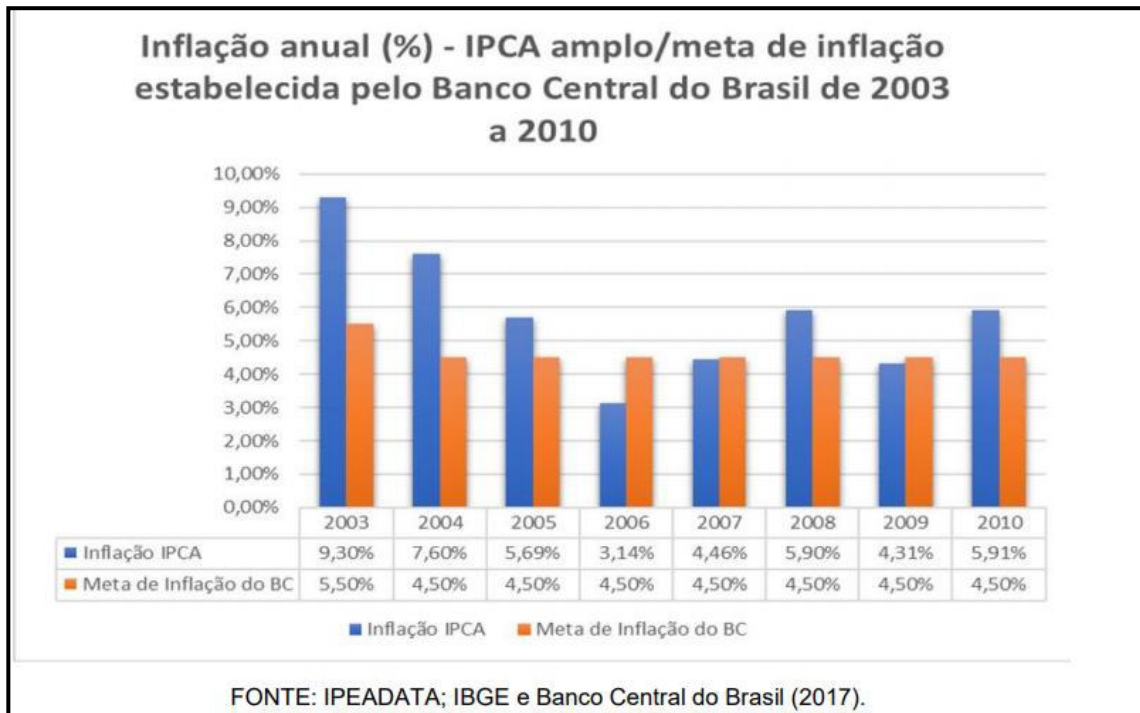
Mesmo que por um momento a crise americana que ocorreu em 2008 prejudicou a economia brasileira com um crescimento negativo de 0,13% do PIB em 2009, acabou contribuindo para o desenvolvimento e crescimento do país porque o governo por meio de várias políticas no âmbito fiscal e monetário rapidamente interviu com a intenção diminuir os reflexos que esta crise atingisse o país, como por exemplo, foi realizada a intervenção por meio dos bancos públicos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES) fomentando a produção nacional e consumo das famílias. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

No período em que Lula governou o país existiu uma significativa expansão das exportações de commodities aliado ao crescimento da economia mundial, que em benefício para o Brasil aumentou a demanda de empregos e por isso a renda do país inteiro. Neste cenário, houve uma distribuição de renda melhor com a criação e ampliação de alguns programas de assistenciais para as famílias mais pobres. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Ainda nesse sentido, o Brasil precisava melhorar sua eficiência em relação ao gasto público, tentando continuar a ampliar os investimentos para infraestrutura básica e essencial para seu desenvolvimento nos mais diversos setores como: energia, saneamento, habitação e transporte, bem como redução da taxa de juros, redução da dívida/PIB e o aumento da taxa de investimento. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

É importante destacar que outro fator que influencia este período é a redução das manufaturas que sofreu uma redução significativa, nas pautas de exportação, e, assim observa-se que no período 2003-2010 os problemas da economia brasileira não foram tratados da maneira adequada. (MATTEI; MAGALHÃES, 2011).

Houve um compromisso firmado no início do Governo Lula para tentar manter o equilíbrio na economia brasileira, isso fica demonstrado segundo dados do gráfico 01:



Estes dados demonstram a aplicação das políticas públicas pró-mercado, com o controle da inflação e o superávit primário. No entanto, mesmo que houvesse um crescimento na economia brasileira e desenvolvimento de políticas públicas com o intuito de desenvolver o país, não houve a promoção de políticas com o objetivo de aumentar o superávit primário, neste caso visando resguardar a economia em situações que impedisse o crescimento econômico do Brasil. Com isso, houve uma sucessão de aumento nas despesas em que o Governo se utilizou até 2010 das receitas extras, não houve aumento na arrecadação tributária, e, por isso, em meio a este desequilíbrio nas contas, tendo piorado ainda mais com a insistência do Governo Dilma em manter a redução nas taxas de juros, aumento de crédito e diminuição da inflação. (PEREIRA, 2017)

As políticas públicas implementadas na economia brasileira foram positivas e garantiram ao país um crescimento significativo, mas os mecanismos utilizados para amenizar os efeitos da crise americana sobre a economia brasileira são muitos frágeis, principalmente porque o consumo das famílias incentivadas pelo governo já estava em alta e com isso o governo gastou muitos recursos que já estavam

escassos. Isso se tornou um instrumento de política que foi mostrando que não era eficiente a longo prazo, visto que com o crédito maior ficou mais fácil tomar dinheiro emprestado e se endividar.

A situação da economia vivida pelo país nos últimos anos tem ocasionado muitos debates e dúvidas, e isso não fica restrito apenas ao mercado financeiro, interferindo diretamente na vida de todos os brasileiros. Esta recessão na economia brasileira gerou no país várias incertezas sobre a inflação, desemprego, corrupção e faltas de medidas para o ajuste fiscal.

3.1 O pior índice do Produto Interno Bruto em decorrência da Crise

No começo do século XXI, o país iniciava um período de expansão na economia e a partir do ano de 2007 a situação da economia brasileira era positiva, uma vez que se operava acima de sua tendência, isso em decorrência da eliminação da sistemática de metas declinantes da inflação, redução da meta e do superávit primário e, principalmente, da adoção de uma regra de valorização do salário mínimo. (OREIRO, 2016)

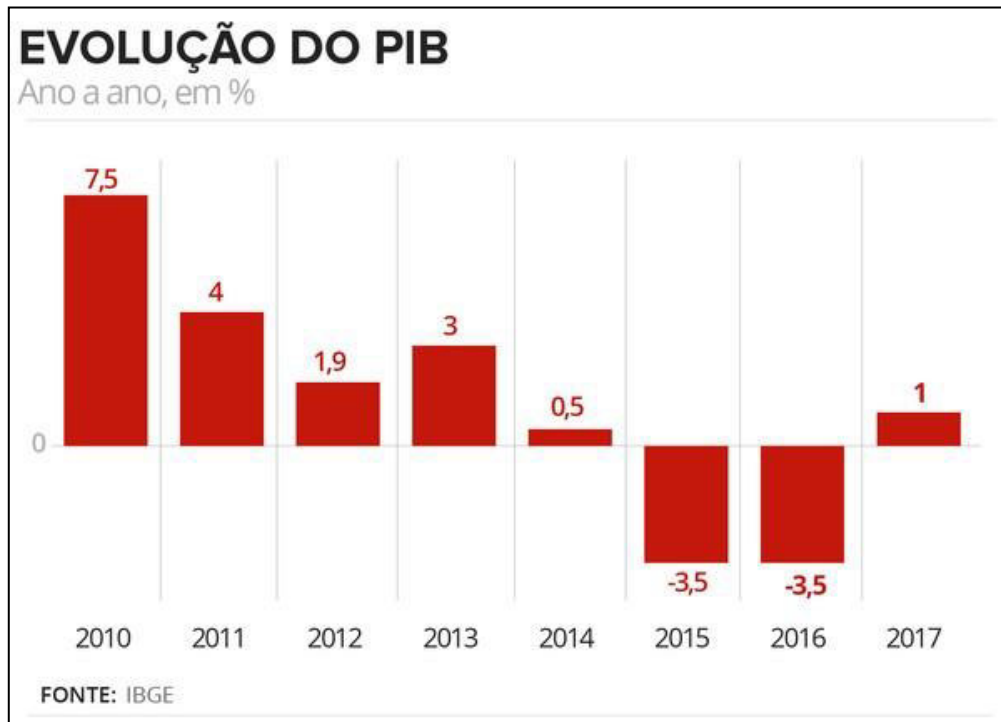
No entanto, no segundo trimestre de 2014, a economia brasileira tem estado em retrocesso. O produto per capita do país diminuiu cerca de 9% no período de 2014 a 2016. Neste ambiente, começa a ser criado uma forte pressão para que haja uma recuperação na economia, no entanto isso leva tempo.

A crise trouxe como consequência um conjunto de choques de oferta e demanda. As políticas públicas adotadas a partir de 2011 reduziu a produtividade da economia brasileira e, dessa maneira, o potencial do produto do país, ficando conhecida como Nova Matriz Econômica (MNE), baseada em uma forte intervenção do governo que engloba uma redução nas taxas de juros básicos, controle de preços e investimentos direcionados e subsídios.

Percebe-se que este conjunto de choques de oferta e de demanda atingiu a economia brasileira por erros na política, principalmente no período em que se adotou a Nova Matriz Econômica.

Por isso, cumpre-se destacar que no ano de 2015 o Brasil teve o pior índice para o Produto Interno Bruto - PIB passando de 7,5% em 2010 para 3,8% em 2015. (CURY; CAOLI, 2016)

As expectativas dos especialistas foram confirmadas sobre a economia brasileira em 2015, houve uma queda do PIB para 3,8% em relação aos anos anteriores. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi considerado o pior desempenho desde 1990, quando o recuo chegou a 4,3%.



Em valores práticos temos o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) chegando em 2015 a R\$ 5,9 trilhões, e o PIB per capita ficou em R\$ 28.876, representando em 2015 – uma redução de 4,6% se comparado ao ano de 2014.

3.2 O desemprego como efeito impactante da crise econômica

O desemprego é uma das consequências mais impactantes que a crise econômica brasileira trouxe no segundo trimestre de 2014. Neste ano, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a desocupação medida foi em média de 6,8%.

No âmbito da taxa de desocupação medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD revela uma série de fatores do mercado de trabalho. A taxa de desocupação mede a parcela da força do trabalho que procura trabalho e

não encontra. No período de 2014 eram 92,1 milhões de brasileiros ocupados, vindo a subir este número em 2017.

No entanto, a crise econômica enfrentada em 2014 pelo Brasil trouxe números negativos. Segundo o Cimar Azeredo, Coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, em entrevista para o Jornal Nexo (2017), explica esses dados,

O grande formador da desocupação é a perda de emprego, a demissão. Direta e indiretamente. Primeiro porque a pessoa que perde o emprego vai para a desocupação. Mas há também as pessoas que são afetadas por essa demissão, pelo desemprego de alguém. Se um pai perde o emprego, o filho pode ser obrigado a começar a procurar, a esposa também, todos entram para a desocupação. Um outro caso, que também forma esse contingente de desocupados, são as pessoas afetadas pela perda da estabilidade do emprego de alguém. Alguém que perde o emprego, mas monta um esquema para fazer frila. Essa pessoa segue ocupada, mas perdeu a estabilidade, não vai ter plano de saúde, não vai ter contribuição previdenciária. Aí, para tentar recompor, as outras pessoas passam a procurar, são levadas ao desemprego. A instabilidade da crise também gera desemprego. Se um trabalhador vê o colega da mesa ao lado perder o emprego, ele chega em casa e avisa: 'acho melhor vocês comecem a procurar trabalho porque a situação vai ficar feia se eu perder esse emprego'.

Quando a crise começa em 2014, a ocupação aumenta entre os anos de 2014 e 2015, mas aumenta também a taxa de desemprego e os empregos informais. Em 2014 se tinha no país um número razoável de trabalhadores com carteira assinada, no entanto com as demissões o que resguardou estes trabalhadores foi o benefício do seguro-desemprego e reservas que cada um tinha. No entanto, em 2015 a situação só piora e vai informalizando ainda mais o mercado e aumentando essa instabilidade profissional. Até aumenta a ocupação, mas com um trabalho informal. Quanto mais tempo alguém fica sem emprego, mas ela vai tendo que se virar, porque as reservas vão embora. (AZEREDO, JORNAL NEXO, 2017)

Quanto à informalidade dos trabalhos a partir da crise de 2014 é possível identificar que este trabalho por ser voltado para a informalidade tem a característica de ser temporário e volátil, pois não há garantias de que aquele negócio vai funcionar. No entanto, vale observar que boa parte destes serviços informais, o setor mais promissor foi o da alimentação, pois para os consumidores não há crise quando se fala em comida. De 2016 para 2017, a média de ocupados no setor de alimentação subiu quase um milhão. Na indústria diminuiu 1,5 milhão, na construção diminuiu um milhão. (AZEREDO, JORNAL NEXO, 2017)

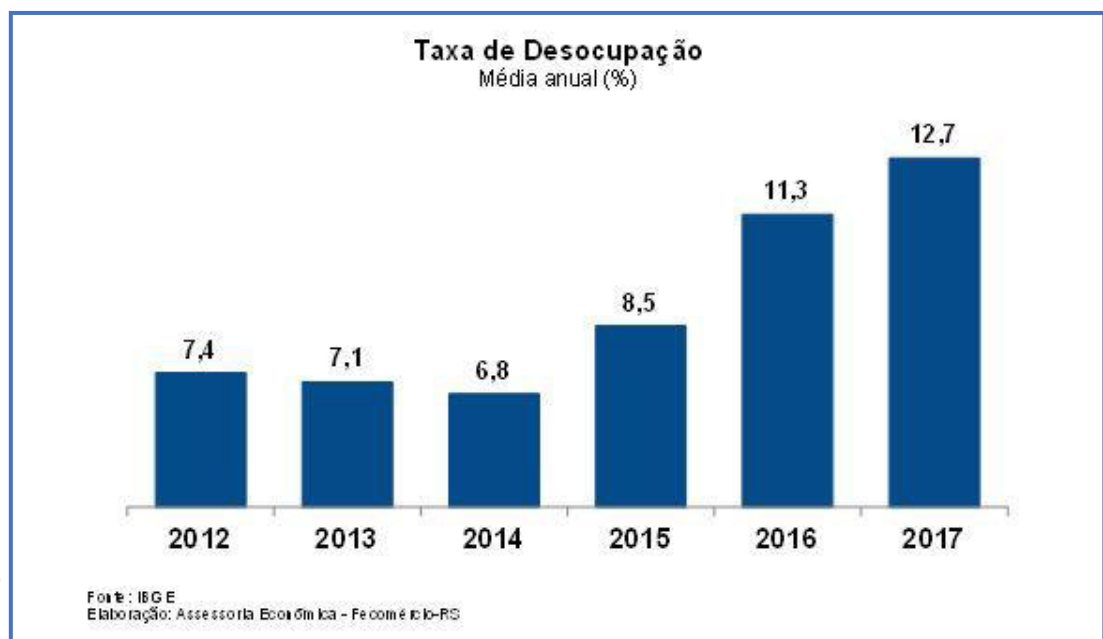
Com isso, AZEREDO (2017) complementa no sentido de que,

A subutilização da força de trabalho é formada pelas pessoas desocupadas, por quem gostaria de trabalhar mais e por quem não está no mercado, mas poderia estar. Esse último são 7 milhões de pessoas que poderiam estar trabalhando, mas não estão: é quem não pode assumir no momento por algum motivo, são cerca de 3 milhões de pessoas, e os desalentados. São cerca de 4 milhões de desalentados no Brasil, pessoas que desistiram de procurar trabalho. O desalento vem aumentando e ele também diminui a taxa de desocupação. A crise aumenta o desalento, gera um contingente de pessoas, geralmente jovens, que desistiram de procurar porque acham que não vão conseguir.

A PNAD apresenta sinais de redução na taxa de desocupação, com uma população desocupada menor. O número de trabalhadores com carteira assinada ainda está em queda, mas desacelerando, ou seja, está caindo, mas caindo menos. E há também um aumento expressivo nos postos de trabalho voltados para a informalidade. Os sinais são de que o mercado está reduzindo a desocupação graças principalmente ao emprego informal. Os que dependem de investimento - como a indústria, que depende da percepção de investidores para ampliar vagas - continuam em baixa.

Após quase três anos da crise econômica, as consequências desta ainda continua forte, a taxa de desemprego do ano de 2017 ficou com 12,7%, sendo uma marca negativa, pois isso significa que cerca de 13,23 milhões de pessoas estão desempregadas. Esse é o maior contingente desde os últimos seis anos. (JORNAL O GLOBO)

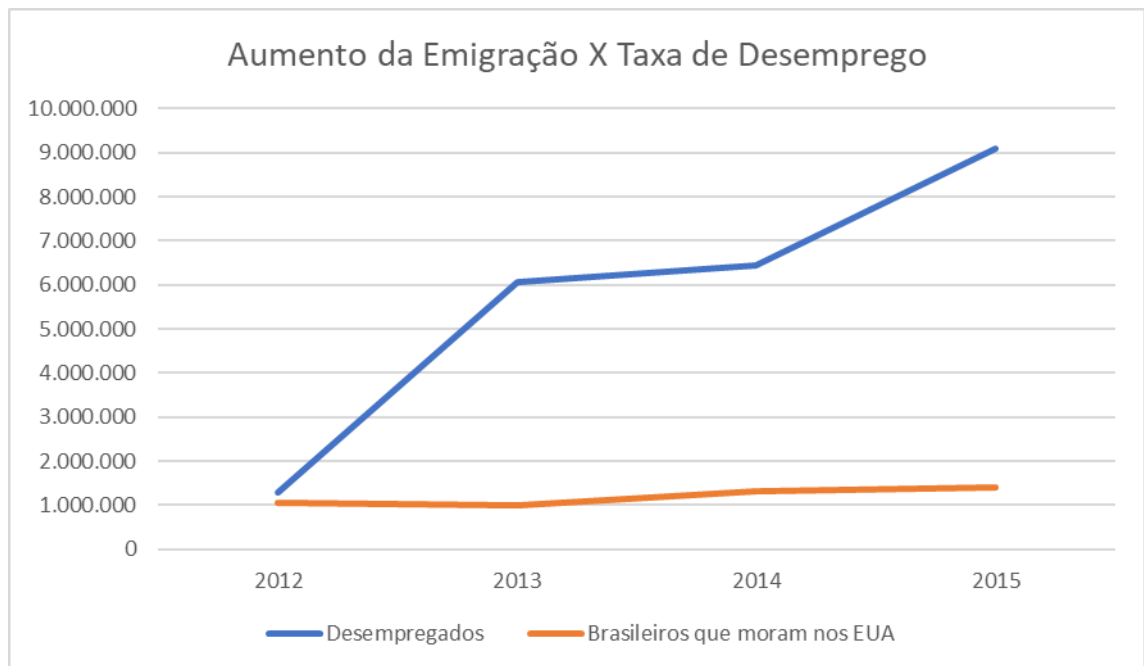
Para os economistas que estão fazendo constantes avaliações sobre o desenvolvimento e o crescimento do país, após a crise está ficando bastante claro que o Brasil segue uma retomada bem lenta em direção ao seu ciclo econômico. Conforme dados do Gráfico abaixo que demonstra as taxas de Desocupação entre os anos de 2012 até 2017:



setor empresarial ainda não conseguiu se reerguer, sendo a ponta que faz a economia rodar. No setor das Indústrias apenas alguns segmentos, como o automotivo, conseguiriam melhorar seus índices. No entanto, a maioria ainda está funcionando com capacidade ociosa. Nos segmentos da Construção Civil ainda encontra obstáculos para voltar a crescer, principalmente porque as empresas foram atingidas pela Operação Lava Jato. (FOLHA DE SÃO PAULO)

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério das Relações Exteriores há estimativa de que entre o ano de 2012 e 2015 houve um aumento de mais de 300 mil brasileiros que se mudaram para os Estados Unidos.

Percebe-se que ao analisar esse aumento da emigração para os Estados Unidos decorre principalmente em razão do aumento da taxa de desemprego no país. Conforme demonstrado no gráfico 02:

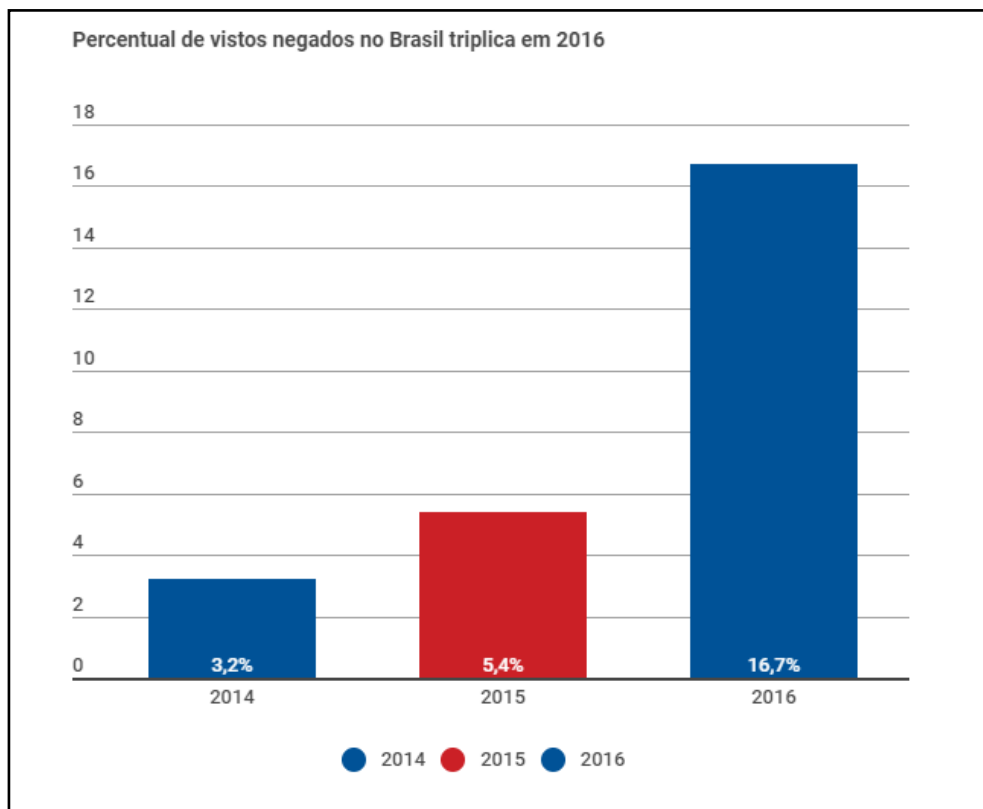


O referido gráfico trata sobre como a alta taxa de desemprego contribuiu para o aumento da emigração no Brasil, em termos quantitativos o que se nota são dados alarmantes isso porque em 2012 a quantidade de desempregados era de 1,3 milhões de brasileiros saltando para 9 milhões em 2015, um ano após a crise.

4. A EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS

De acordo com dados da Embaixada Americana em relação aos vistos, mais pessoas estão procurando a alternativa de morar nos Estados Unidos, tentando fugir da crise econômica.

De acordo com estes dados da Embaixada Americana a negativa triplicou entre 2014 a 2016:



Fonte: Embaixada Americana

As estatísticas da embaixada norte-americana para 2016 mostram que mais de 1,1 milhão de brasileiros visitaram o país. O governo americano em resposta justifica que está focado em facilitar viagens legítimas para comércio, turismo e intercâmbios educacionais e garantindo simultaneamente a segurança das fronteiras dos Estados Unidos e do povo americano.

A crise econômica brasileira afetou diretamente o fluxo de emigração de brasileiros para os Estados Unidos em busca de condições financeiras melhores das que possuem aqui.

Para compreender melhor que a emigração foi ocasionada em virtude da crise, é possível constatar que o fluxo dos emigrantes brasileiros aumentou consideravelmente nos últimos anos.

Segundo dados da Receita Federal, entre o período compreendido de 2014 a 2016 foram entregues 55.402 Declarações de Saída Definitiva do País, tendo um crescimento de 81% se comparado com o período de 2011 a 2013 que teve 30.506 pessoas entregando o mesmo documento. No entanto, sabe-se que esse número ainda é maior em virtude de muitos emigrantes brasileiros não darem essa informação no momento de sua saída.

Com isso, se percebe que há uma intensa desilusão com a situação financeira do país aliada com as altas taxas de desemprego, dando para os brasileiros coragem para se arriscarem em outros países.

Neste cenário percebe-se que em virtude de uma situação socioeconômica negativa no país de origem, as pessoas começam a ir atrás de uma qualidade de vida melhor em lugares que acreditam ter mais oportunidades e, por isso surge neste momento um fluxo migratório alto para fora do país.

As desigualdades econômicas e sociais que foram apontadas no Brasil, principalmente, a regional que faz com que certas regiões sejam menos desenvolvidas que outras faz-se com que haja áreas de atração e de expulsão de migrantes.

Por um lado, existem locais em que os salários são relativamente mais altos, mas que faltam pessoas qualificadas para ocupar os cargos e que também existem áreas em que a pobreza, a concentração de terras e as dificuldades de acesso aos bens e serviços fazem com que a maioria das pessoas sejam obrigadas a deixar seu local de origem e tentem ir em busca de uma realidade diferente, sonhando com uma ascensão social. Evidente, que em um país grande como o Brasil que vai ao mesmo tempo em que atrai algumas pessoas, irá também impulsionar de certa maneira a emigração e isso terá diversos motivos.

No momento atual, há uma estimulação para que haja o deslocamento dos indivíduos que vai sendo facilitado por diversos fatores. Primeiro a tecnologia

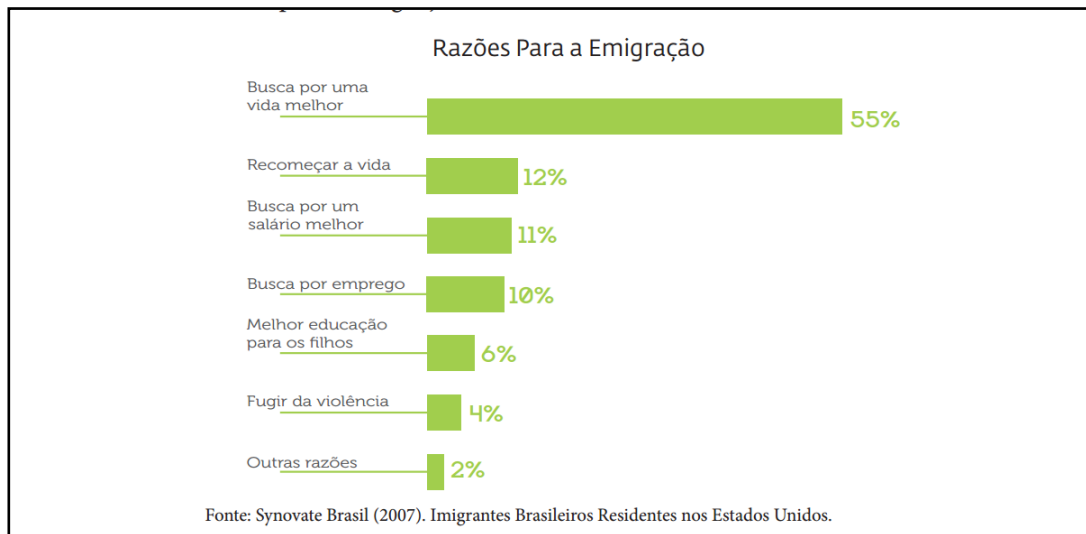
contribui para que haja a diminuição dos custos, aumentando com rapidez a forma de como as pessoas vão se locomover, por meio de transportes que levam para qualquer lugar do mundo. A tecnologia também facilita a comunicação, principalmente na era da globalização, e assim as pessoas conseguem o acesso as possibilidades e oportunidades de se informar sobre países e culturas diferente, levando a optar por uma mudança de país.

No entanto, deve ser levado em consideração que a locomoção de pessoas para outro país não é fácil, haja vista as leis de migração estarem cada vez mais rigorosa em relação ao livre trânsito de pessoas.

Um exemplo disso são as relações entre Estados Unidos e México que demonstram que ao mesmo tempo em que há facilidades para a circulação de bens, serviços e recursos, se torna crescente as dificuldades de mobilidade internacional das pessoas do México para o Estados Unidos. Com isso, as restrições estão cada vez piores em relação a migração dos mexicanos e os Estados Unidos construíram um muro em parte de sua fronteira com o México, aumentando o policiamento nesta área para que todos os migrantes ilegais sejam deportados de imediato. Outro tópico importante é quantidade de mexicanos que já morreram tentando realizar a travessia na fronteira.

A emigração brasileira foi iniciada pela estimulação dos países desenvolvidos, em uma época que tanto os Estados Unidos, como o Japão, e alguns países da Europa estimulavam a entrada de trabalhadores estrangeiros para ocuparem vagas de menor qualificação e com baixos salários. Contudo, depois de certo período as migrações passaram a ser negativas no sentido de os emigrantes não serem mais bem-vindos nestes países, havendo um controle de entrada bem mais rígido. Isso contribuiu para que houvesse muitos migrantes brasileiros nestes países de forma ilegal. Há um estimativo de que mais de 60% dos brasileiros que foram morar nos Estados Unidos entraram de forma irregular, sendo o principal destino dos migrantes do Brasil.

Em pesquisa realizada pela empresa Synovate em 2007, 55% dos imigrantes brasileiros entrevistados apontaram como razão da emigração, aspectos ligados ao mesmo motivo: busca de uma vida melhor.



Esses dados são importantes indicadores para demonstrar que mais da metade dos imigrantes brasileiros saem do Brasil em busca de uma qualidade de vida melhor que em seu país de origem.

No ano de 2010, dos 193 países de residência dos brasileiros, os primeiros 25 concentraram 94% do total. Os principais países de destino desse fluxo são os Estados Unidos (24%) – cujo fluxo é oriundo de Minas Gerais (43%), Rio de Janeiro (31%), Goiás (23%), São Paulo (20%) e Paraná (17%) – seguidos de Portugal (13%), segunda opção para os emigrantes oriundos de Minas Gerais (21%) e do Rio de Janeiro (9%). A seguir, a Espanha (9%), Japão (7%), Itália (7%) e Inglaterra (6%) representam os outros países de maior concentração de imigrantes brasileiros. (LIMA, 2017)

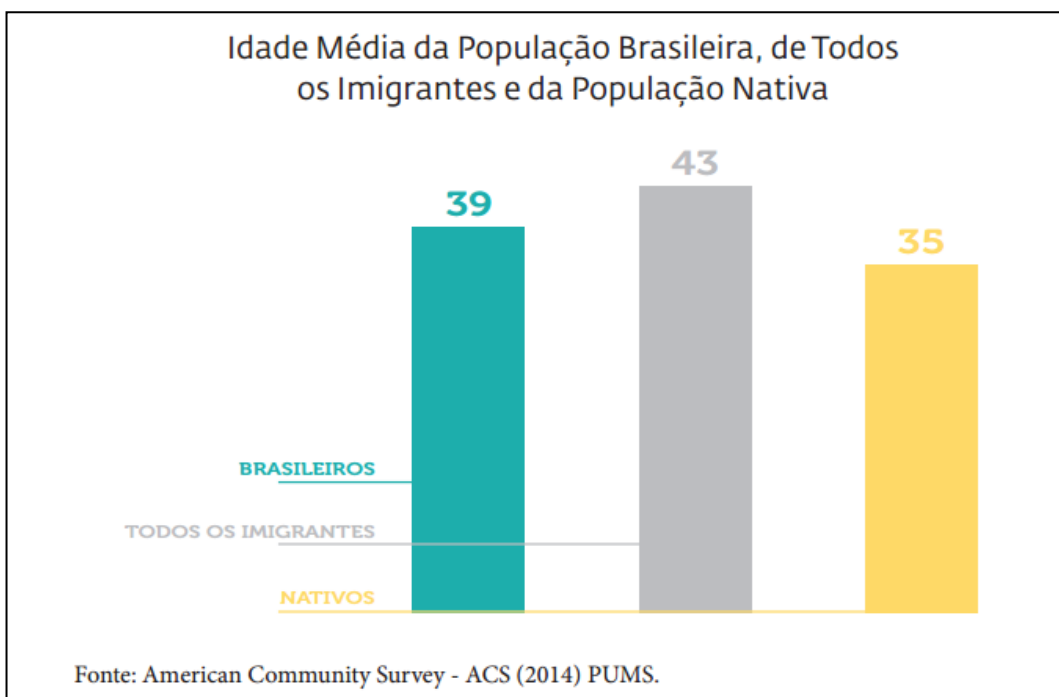
Os imigrantes brasileiros, assim como a maioria dos imigrantes dos Estados Unidos, vivem principalmente nos grandes centros urbanos do país, nas regiões metropolitanas onde estão concentradas as melhores oportunidades de trabalho. Contudo, o padrão de assentamento da população brasileira imigrante nos Estados Unidos mudou consideravelmente após 1980. Até esta década se tinha em evidência a Califórnia e Nova York com os estados com as maiores populações de brasileiros – tendo uma representativa de mais de um terço da população brasileira nos Estados Unidos. Ainda no mesmo ano, somente 12% dos imigrantes brasileiros viviam nos estados da Flórida e Massachusetts. Em 1990, essa distribuição começou a apresentar mudanças em favor da Flórida e de Massachusetts (23%), enquanto que a parcela da população vivendo na Califórnia e Nova York diminuiu

para 32%, uma tendência que iria acentuar-se nas décadas seguintes. A Flórida, com 21% da população brasileira, era o estado de destino mais popular para os brasileiros em 2000. Em 2014, a Flórida concentrava a maioria dos brasileiros (20%), seguida dos estados de Massachusetts (17%), Califórnia (10%), Nova Jersey (9%) e Nova York (7%). Juntos, esses cinco estados são os lugares de residência de 63% da população brasileira que vive nos Estados Unidos. (LIMA, 2017)

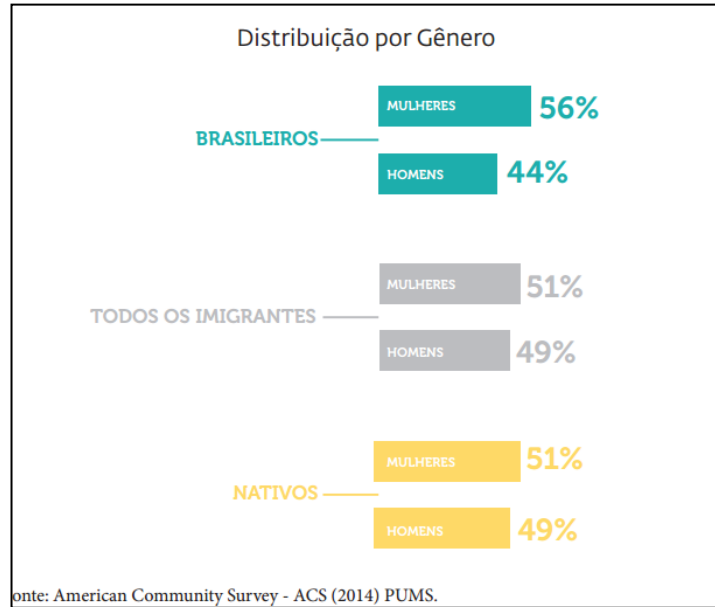
A Organização Internacional para as Migrações (OIM) estima que existam de 1 a 3 milhões de brasileiros residindo fora do país. Os principais destinos são: Estados Unidos, Paraguai, Japão e alguns países europeus, como Espanha e Portugal. Juntos, esses cinco países representam a destinação de cerca de 60% de todos os emigrantes brasileiros.

4.1 Perfil do imigrante brasileiro nos Estados Unidos

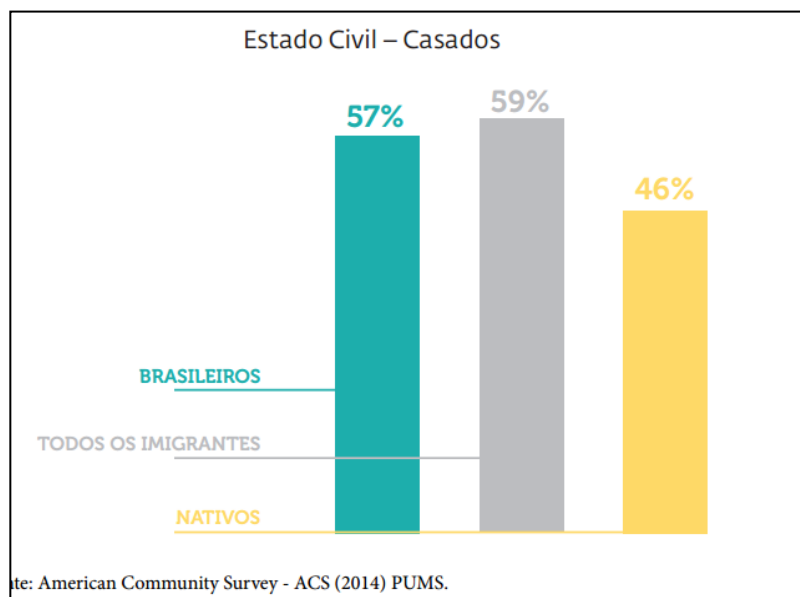
Segundo o *American Community Survey* (ACS) de 2014, a idade média dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos era de 39 anos, quatro anos a mais do que a idade média da população nativa e menor do que os demais imigrantes (43 anos), conforme gráfico abaixo:



De acordo com o indicativo do gênero, a distribuição varia entre a população brasileira e os outros dois grupos. Enquanto as mulheres representam 51% de todos os imigrantes e dos nativos, para a população brasileira, essa proporção é de 56%.

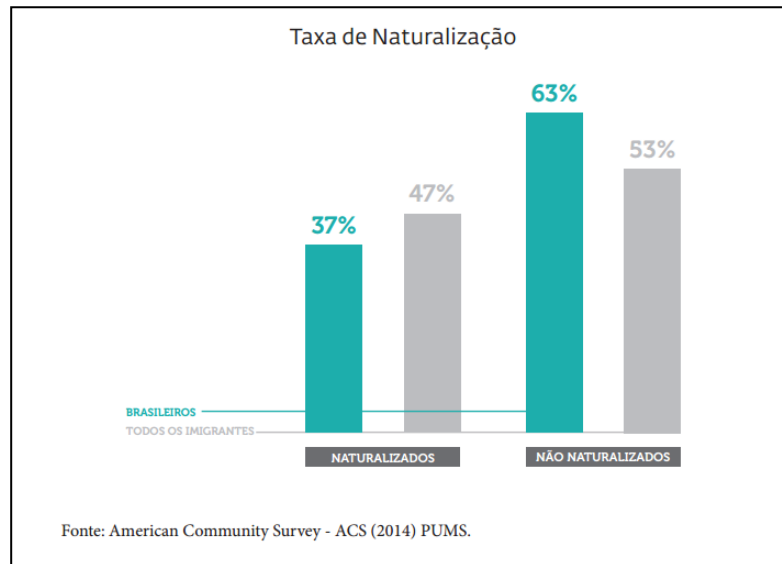


Outro indicador importante está relacionado com estado civil dos imigrantes brasileiros que de acordo com gráfico abaixo estão mais propensos a se casar do que os nativos, mas que em relação aos demais imigrantes são menos: 57% dos brasileiros são casados, em comparação com 59% de todos os imigrantes e 46% dos nativos.



O Estado de Massachusetts contém a menor proporção de brasileiros naturalizados (30%) seguido da região de Nova York-Nova Jersey (39%), Flórida

(43%) e Califórnia com 50%. Percebe-se que mesmo com as dificuldades para que haja a naturalização dos imigrantes, os brasileiros têm uma taxa de 37%, que é menor com o restante dos imigrantes, conforme dados da ACS (2014):

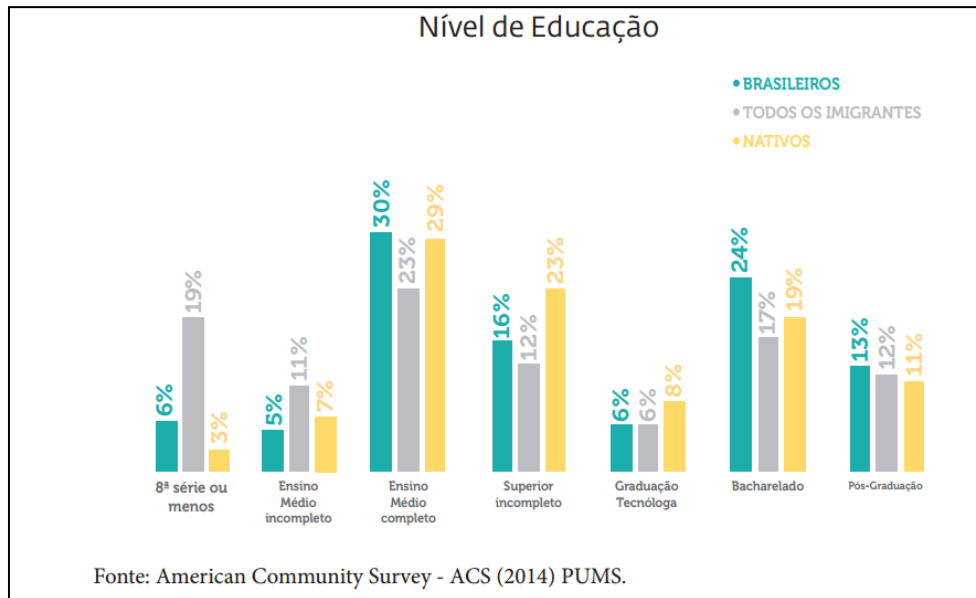


Neste sentido, Lima (2017, p.64) complementa,

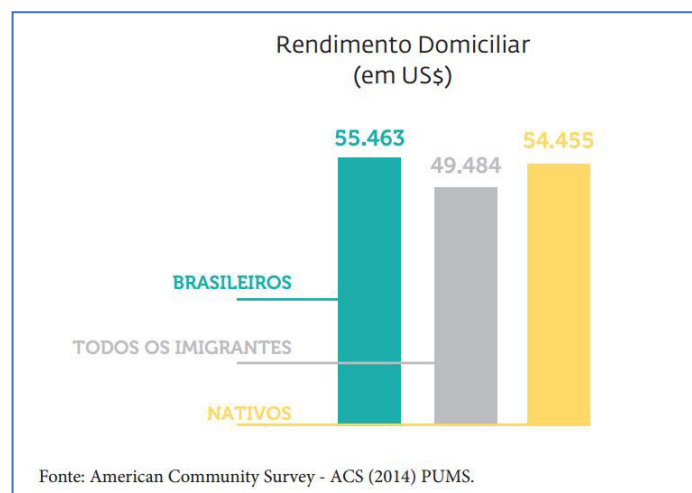
Os brasileiros naturalizados têm aumentado com certa constância, passando de 629 pessoas antes de 1950 para uma população de 124.000 pessoas segundo o American Community Survey de 2014. As décadas de 1980 e 1990 conheceram um crescimento importante passando de uns poucos milhares das décadas anteriores para, respectivamente, 24.000 e 44.000 pessoas naturalizadas. Durante o período 2000-2014 cerca de outros 37.000 brasileiros adquiriram a nacionalidade americana. A distribuição da população brasileira naturalizada nos últimos dez anos coloca o eixo Boston-Washington, as regiões metropolitanas de Miami e Los Angeles, como as regiões de maior concentração de brasileiros naturalizados. Essas áreas são também as áreas de maior concentração da população total de imigrantes naturalizados. Em 2011, dez estados detinham 83% da população brasileira naturalizada: Flórida (26%); Massachusetts (20%); Califórnia (10%); Nova Jersey (7%); Nova York (6%); Texas (4%); Connecticut (4%); Geórgia (3%); Maryland (2%); Pensilvânia (1%). O país conheceu também um aumento significativo na admissão dos brasileiros não imigrantes, crescendo de cerca de 762.000 pessoas em 2000 para 959.000 pessoas em 2009. Os turistas são a categoria mais comum entre estes (837.000 pessoas), seguidos dos estudantes e visitantes de intercâmbio (43.000 pessoas), seguidos ainda pelos trabalhadores temporários e seus familiares.

O perfil do imigrante tem mudado ao longo dos anos e isso traz uma proporção maior de pessoas com diploma de universitário quando comparados com os imigrantes em geral e a própria população nativa. Conforme dados abaixo 24% dos

brasileiros têm bacharelado completo e apenas 17% de todos os imigrantes e 19% dos nativos o possuem. A proporção de pessoas com pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) também se demonstrou maior para os brasileiros.



A indicação dos rendimentos que tem imigrantes brasileiros no ano de 2014 obteve-se uma renda média anual superior a outros imigrantes e aos próprios nativos. Os brasileiros tiveram uma média anual de US\$ 55.463 enquanto os outros imigrantes tiveram US\$ 49.484 e os nativos US\$ 54.455. Outro fator importante está relacionado com as regiões que existe uma maior concentração de brasileiros, tendo a renda média anual entre US\$ 75.632 na Califórnia a US\$ 42.534 em Massachusetts.



Desde o começo do século XXI existe um forte movimento migratório de brasileiros em direção aos Estados Unidos e pode-se afirmar que esta demanda tem aumentado nos últimos anos em decorrência da crise econômica vivida pelo país. As pessoas foram embora em busca de melhores oportunidades e porque não queriam encarar a turbulência na economia nos últimos cinco anos.

Deve ser observado conforme traçado que o perfil do imigrante brasileiro nos Estados Unidos mudou bastante, não se fala mais em um imigrante que não tem nenhuma qualificação, trata-se de pessoas qualificadas e mais do que isso, executivos que deixam suas carreiras para abrir novos negócios neste país. Outra observação importante que deve ser feita está relacionada com o fato de que alguns imigrantes brasileiros possuem até um título maior do bacharelado.

Neste sentido, o que torna os Estados Unidos atrativo ao imigrante tem haver com os rendimentos alcançados neste país, uma vez que mesmo em um emprego simples se consegue obter uma renda razoável e que no Brasil isso se torna cada vez mais difícil, principalmente porque o país ainda está em fase de recuperação da crise econômica com altos índices de desemprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho abordou fatores como a crise econômica e o desemprego que funcionam como propulsores de fluxos migratórios na história do Brasil e na atualidade, de brasileiros para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida, pois é a principal motivação para a emigração internacional desde o início dos registros sobre esse fenômeno.

Percebe-se que essa busca impulsiona e transforma não apenas as pessoas, mas também as famílias que deixam seu país de origem para tentarem uma jornada no exterior, onde acreditam ter maiores chances de conquistarem algo que em seu local de origem não seria possível.

Esse fluxo migratório tem aumentado no decorrer dos últimos anos, em virtude da crise econômica que impactou diretamente na vida dos brasileiros, fazendo com que o desemprego também aumente, atingindo milhões de pessoas.

O perfil dos novos migrantes analisado evidenciou que na maioria dos casos os emigrantes brasileiros possuem curso de ensino superior, mas ainda existem muitos com situação de irregularidade sem os documentos necessários para trabalhar nos Estados Unidos e os diplomas brasileiros acabam não tendo nenhum diferencial nas atividades semelhantes às exercidas no Brasil.

Portanto, o que tem havido na prática é a exportação de capital humano formado no Brasil, na maioria das vezes financiado por investimentos públicos, por terem sido formados em escolas públicas.

Por isso, faz-se necessário que o governo brasileiro estude os movimentos migratórios que no decorrer dos anos vão sendo reconstruídos. Esse acompanhamento é necessário e essencial para a compreensão desta dinâmica, de modo a permitir soluções e alternativas, governamentais ou privadas, para contornar os impactos que o aumento deste fluxo pode causar no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R.V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ALMEIDA, T; SERRA, R. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

ALMEIDA, João Daniel Lima de. **Manual do Candidato: História do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 27 outubro de 2017.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 27 outubro de 2017.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. **São Paulo (Estado) - Emigração e Imigração**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Departamento de Imigração e Colonização, 1952.

BRASIL: **500 anos de povoamento-IBGE**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Estimativas populacionais das comunidades**. Disponível em:<<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>> Acesso em 25 nov 2018.

BRASIL. **Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil**. Disponível em:<<https://br.usembassy.gov/pt/>> Acesso em 25 nov 2018.

CARVALHO, Filipe Nunes de. **Aspectos do Tráfico de Escravos de Angola para o Brasil no século XVII: Prolegómenos do Inferno**. Porto: Separaras; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 233-248.

CASTRO, José Roberto. **Quais os efeitos da crise no mercado de trabalho - além do desemprego**. Publicada em: 29 Mar 2018. Disponível em:<[https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/03/29/Quais-os-efeitos-da-](https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/03/29/Quais-os-efeitos-da-materia)

[crise-no-mercado-de-trabalho-al%C3%A9m-do-desemprego](#)> Acesso em: 27 out 2018.

CUNHA, J.M.; BAENINGER, R. **A migração nos estados brasileiros, no período recente: principais tendências e mudança**. Belo Horizonte: Abep, 2000. p. 117-165.

DINIZ, Marcelo Bentes; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e. **Desenvolvimento Econômico e Desigualdade de Renda no Brasil**, 2005.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva. 1984. p. 20.

EVANGELISTA, F. R.; CARVALHO, J. M. M. **Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste**. Banco do Nordeste-BNB: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE, 2001.

GASPARETTO JÚNIOR, A. **Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade, e identidade nas mutuais de migrantes em Juiz de Fora/MG 1872-1930**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

GOMES, Sueli de Castro. **Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos**. Imaginário. v. 12, n 13, 2006. p. 145.

GONÇALVES, A. J. **O fenômeno migratório no mundo na conjuntura atual**. Seminário sobre Direitos Humanos e Migração. Canoas/RGS, Junho/2004.

GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. **Migrações internas no Brasil: 1872-1970**. São Paulo: IPE-USP, 1984. p. 48.

HAESBAERT, R. **Territórios em trânsito**. In: BORDAS, M. A. (Org.). Geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc, n. 9, 2013. p. 65-81.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

IOTTI, L. H. **Imigração e colonização. Revista Justiça e História. (2003)**

Disponível em:

<poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_lotti.pdf> Acesso em: 20 out 2018.

IPEADATA. Pesquisa por tema. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 27 outubro de 2017.

LIMA, Flávia; SALOMÃO, Alexa. **Análise de crises passadas indica que o Brasil vive pior retomada da história: Do vale da recessão até agora, PIB sobe 2,2%, metade do visto na recuperação mais crítica, em 1998.** Publicada em: 20 maio de 2018. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/analise-de-criises-passadas-indica-que-brasil-vive-pior-retomada-da-historia.shtml>> Acesso em: 27 out 2018.

LIMA, Álvaro Eduardo de Castro e. **Brasileiros nos Estados Unidos: meio século (re)fazendo a América (1960-2010).** Brasília: FUNAG, 2017.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. A Política econômica durante o Governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: PAULA, Marilene (Org.). **Nunca antes na história desse país? Um balanço das políticas do Governo Lula.**Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

MOULIN, C. **Protection and vulnerability in urban contexts: the case of refugees in Rio de Janeiro. Humanitarian Action in Situations Other than War (HASOW),** 2013. Disponível em: <<http://www.urban-response.org/resource/8703>>. Acesso em: 09 out 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Perfil Migratório do Brasil,** 2009.

OLIVEIRA, K.F. **Dinâmica migratória em Sergipe: uma abordagem a partir de alguns fatores estruturais.** Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE, Rio de Janeiro, 2003.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Estud. av., São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, Dec. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Oct. 2018.

PEREIRA, Aaron Lopes. **Causas e consequências da crise econômica brasileira de 2014 a 2016**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, 2017.

RANDS, Alexandre. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SALGADO, J.A. Desigualdade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SILVA, Raimundo Avelino e. **Resumo da evolução econômica do Brasil: da colonização à industrialização**. Expressão Gráfica e Editora, 2013.

Synovate Brasil, (2007). **Imigrantes Brasileiros Residentes nos Estados Unidos**.

TODARO, M. **Introdução à economia**. São Paulo: editora Best Seller, 1999.

TOGNI, M. A. O café e a imigração no Brasil. **Revista Eletrônica Mark Coffee Magazini**. 2015. Disponível em: <<http://www.markcafe.com.br/o-cafe/historia/1117-ocafeaimigracaonobrasil>> Acesso em: 27 out de 2018.

VANDERLINDE, t. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do brasil. Revista: **Raega**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees. Global trends forced displacement in 2015. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcrglobal-trends-2015.html>>. Acesso em: 15 out 2018.